

## OS MILITARES E A EDUCAÇÃO NO BRASIL

**Ivane Gonçalves da Cunha<sup>1</sup>, Veralúcia Pinheiro**

**1** Discente do Programa de Pós-Graduação Lato Sensu em Linguagem e Educação Escolar (LEE). Campus Anápolis de CSEH/UEG. E-mail: [ivane.cunha@yahoo.com](mailto:ivane.cunha@yahoo.com).

**2.** Docente do Programa de Pós-Graduação (LLE), Universidade Estadual de Goiás, Anápolis/GO

**Resumo:** Este artigo tem a pretensão de discutir em linhas gerais a relação dos militares com a educação no Brasil a partir de um recuo histórico que privilegia a Primeira República para em seguida analisar as atuais inserções desta Corporação no campo educacional especialmente no Estado de Goiás, o qual é apontado como líder no processo de militarização das escolas públicas. O breve recorte histórico dos militares no Brasil parte da criação da Liga de Defesa Nacional, ao qual a sua atuação está ligada à campanha vitoriosa pela implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil, com cunho da ideologia nacionalista, que possibilita a autonomia política e econômica de determinada região a frente das demais, despertando uma sensação de preconceito a outros indivíduos que não fazem parte de sua tradição. Vemos que nas atuais escolas “militarizadas”, os alunos não se encaixavam nos perfis militares e a condição econômica e social desses indivíduos não é adequada às exigências da Polícia Militar. Portanto, o “enquadramento” no modelo militar do aluno de uma escola pública convencional pressupõe uma série de mudanças radicais que serão necessárias no decorrer da implantação desse novo modelo escolar. A repercussão desse processo de “militarização” e sua suposta eficácia a partir de *notícias* divulgadas pelos meios de comunicação de massa vêm sendo justificadas como o método de acabar com a violência que determinadas escolas públicas vem enfrentado no seu cotidiano. Para fomentar esse trabalho foram feitas leituras de diversos artigos sobre a temática da influencia dos militares na educação brasileira e a análises de algumas notícias *online* nos meios midiáticos.

**Palavras-chave:** Políticas Educacionais; História dos Militares no Brasil; “militarização” em escolas públicas.

### Introdução

Atualmente a transferência para a gestão da Polícia Militar das escolas públicas por meio de convênio, vem se expandindo pelo interior do Estado de Goiás. Os meios de comunicação (rádios, televisão e internet) divulgam notícias e análises, segundo as quais a transferência da gestão destes colégios para a Polícia Militar teria a função de resolver o problema da violência, do envolvimento com drogas, enfim, com os problemas que hoje atingem as escolas públicas.

Fazendo um breve recorte histórico da presença da Polícia Militar na educação no Brasil, foram criadas escolas que não apenas formavam indivíduos para as forças armadas, marinha ou aérea, mas cidadãos aptos para a demanda da mão-de-obra do mercado de trabalho, através dos ensinamentos educacionais de dentro das salas de aulas que essas escolas

proporcionavam assim os militares usavam da tendência tecnicista para a formação desses indivíduos para o mercado de trabalho.

Os objetivos desse trabalho são o discutir em linhas gerais a relação dos militares com a educação no Brasil para em seguida analisar as atuais inserções desta Corporação no campo educacional especialmente no Estado de Goiás e de analisar a repercussão desse processo de “militarização” e sua suposta eficácia a partir de *notícias* divulgadas pelos meios de comunicação de massa, buscando identificar as concepções dos militares sobre educação, para assim, poder compreender como se dá o processo de “militarização” dos colégios públicos.

### **Metodologia**

A leitura das diversas obras que versam sobre a temática da história da educação, frente ao entrecruzamento da influencia dos militares sobre ela, contribuíram para aprofundarmos nossa compreensão sobre o fenômeno que cada vez mais está se expandindo pelo Estado de Goiás: a transferência de escolas públicas para colégios conveniados pela gestão da Polícia Militar. Deste modo, realizaremos leitura de livros e artigos dos quais tratam de temas relacionados com a história da educação influenciadas pelos militares. Na investigação do objeto de estudo analisamos algumas das notícias dos últimos dois anos (2014 e 2015) que foram publicadas nos meios de comunicações a respeito dos Colégios da Polícia Militar de Goiás (CPMG,s).

### **A influência dos militares na educação no Brasil**

A passagem do regime monárquico para a República refletia as modificações nas composições da sociedade brasileira. No que tange a educação, seu crescimento se concentrou basicamente em centros urbanos, principalmente no Centro-Sul do país, pois desde o império essa região era o alvo econômico do país.

O governo central que continuou instalado no Rio de Janeiro, precisava se legitimar como liderança política nacional, para isso, cria vários mecanismos para sua concretização, uma delas são as ligas nacionais, em especial a Liga da Defesa Nacional (LDN).

A Liga da Defesa Nacional foi fundada no Rio de Janeiro em 7 de setembro de 1916 por um grupo de intelectuais liderados por Olavo Bilac, Pedro Lessa, Álvaro Alberto entre outros. A sua atuação está ligado à campanha vitoriosa pela implantação do Serviço Militar Obrigatório no Brasil. De acordo com os estatutos de 1916, seu objetivo era “congregar os

sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes”, difundindo “a educação cívica, o amor à justiça e o culto do patriotismo”.

Com essa obrigatoriedade ao serviço militar, essa “nova” classe economicamente ativa que estava à frente do governo viu a utilização dos militares na tão sonhada “revolução burguesa”: incapazes de se organizar em partido próprio, ela imediatamente pensou em fazer desaparecer o limite entre civis e militares e, assim, utilizá-los na revolução. Ela aproveitou disso, para fazer de sua classe um ideal patriótico a servi de modelo para o reerguimento da nação e arrecadação de obra.

Gonzales (2008) afirma que o serviço militar era visto como degradação social, pois só os pobres serviam como soldados, nas Forças Armadas. Desde a Guerra do Brasil com o Paraguai (1865), a população livre do Império via o serviço das armas como uma forma extrema de degradação social, pois eram recrutados para participar do exército prioritariamente a população pobre, negros fugitivos da escravidão, andarilhos, mendigos, criminosos, entre outros, pois os “cidadãos de bem” geralmente conseguiam se eximir do serviço militar, sobrando o ônus para os pobres. Estes constituíam um possível problema para as cidades, que começavam a ter um grande crescimento populacional, o que acentuava os problemas de saneamento básico, de educação e de moradia. A pressão internacional, em especial da Inglaterra, para o término da escravidão colocou em destaque o serviço militar, como forma de saneamento das cidades e arredores das fazendas, ao retirar os mendigos e os ladrões de circulação, visto que não havia trabalho para todos.

Segundo Carone (1972), Bilac percebeu que o serviço militar “resolveria” os problemas que o país estava enfrentando naquele momento da passagem do regime monárquico para a República com a falta de uma educação estruturada, segurança nas ruas das grandes cidades, saneamento básico, entre outros. Visto isso, Olavo Bilac elaborou um movimento na tentativa de identificar militarismo e civilismo para a revolução burguesa. Logo então a LDN foi criada. Conforme o autor, nos estatutos da Liga constava que ela era particularmente independente de qualquer credo político, religioso ou filosófico e está destinada a congregar os sentimentos patrióticos dos brasileiros de todas as classes. Carone ainda enfatiza que entre os principais objetivos que consistiam nos regimentos da LDN eram os de:

“manter em todo o Brasil a ideia da coesão e integridade nacional...”;  
“propagar a educação popular e profissional”; propagar em todas as escolas  
“a educação cívica, o amor à Justiça e o culto do patriotismo; defender o  
trabalho em todas as suas formas; “combater o analfabetismo, alcoolismo,  
vagabundagem e a dissolução dos costumes”; desenvolver o escotismo,

linhas de tiro e batalhões patrióticos; “apoiar, pela persuasão e pelo exemplo, a execução das leis de preparo e organização militar”; “estimular e avivar o estudo e o amor da História do Brasil e das nossas tradições”; “publicar um catecismo cívico, e livros de educação patriótica, destinados à infância e adolescentes, para distribuição gratuita” etc. (CARONE, 1975, p. 165).

Na visão de Bilac, a saída precária para a construção do nacionalismo foi o recrutamento para o serviço militar, criou-se varias artimanhas para chamar as pessoas à vida militar, como por exemplo, a promulgação da Lei do Sorteio Militar. Ele acreditava que só assim o país estaria melhor se a educação, a higiene, a escola da ordem, a disciplina, a coesão, o laboratório da dignidade própria do patriotismo fossem todos obrigatórios, principalmente para aqueles indivíduos que viviam nas cidades, pois havia um grande número de ociosos, analfabetos e sujos, portanto, esse recrutamento obrigatório ao exercito seria sua salvação, criando assim os cidadãos-soldados, pois para ser um bom cidadão era necessário ter uma educação pautada na disciplina militar.

Segundo Oliveira (2012), a ideia de “cidadão-Soldado” que Olavo Bilac propõe nos estatutos da Liga de Defesa Nacional estava inteiramente vinculada às ideias de Benjamin Constant<sup>1</sup>, no qual afirmava que os militares deveria ter um ensino integral e rígido para seu desenvolvimento humano.

Para além do papel de preparar os homens para a guerra, as premissas defendidas tanto por Constant quanto por Bilac, tinha o objetivo de transformar as academias militares, em uma espécie de instituição que funcionasse como uma escola de serviço público, para formar um “cidadão com os valores democráticos”. Eles consideravam que só o cidadão-Soldado poderia fazer desse país uma verdadeira nação, pois de acordo com essa concepção, havia Estado no Brasil, porém, inexistia espirito de uma nação. Nesse contexto, a burguesia entraria trazendo consigo os valores morais pra se educar esse cidadão. O “cidadão-soldado”, fruto desse processo de amálgama que desembocaria na identificação do Exército-nação, constituiria uma “força nacional real”, de grande importância para a solução dos problemas do país.

A educação era percebida como niveladora social, tratava-se de uma educação cívica. O intuito do Exército era envolver todas as classes sociais no interior dos quartéis, ensinando-

---

<sup>1</sup> Benjamin Constant Botelho de Magalhães (Niterói, 18 de outubro de 1833 — Rio de Janeiro, 22 de janeiro de 1891) participou da Guerra do Paraguai (1865–1870) como engenheiro civil e militar. Posterior à guerra suas ideias para a reforma do ensino, influenciadas pelo positivismo, foram sendo cada vez mais propagadas e aceitas. Foi um dos principais articuladores do levante republicano de 1889. (Biografia de Benjamin Constant. São Paulo: Biografias e vidas Online, 2014. Disponível em < [http://www.e-biografias.net/benjamin\\_constant/](http://www.e-biografias.net/benjamin_constant/)>. Acessado em: 05 mai de 2017.)

lhes disciplina, patriotismo e ordem, na perspectiva de moldar o indivíduo e submetê-lo aos ditames do capital. É nesse contexto que o nacionalismo irá se fortalecer no Brasil, tornando-se a ideologia que nivelara os projetos elaborados em defesa da educação regida pelas forças armadas e pela burguesia.

### **Nacionalismo e educação**

O discurso do ideário nacionalista no Brasil surge no século XX. Com o desencadeamento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) houve uma crise mundial na economia mundial. No Brasil, essa crise ajudou no aceleração da industrialização.

Essa industrialização se mantinha sob o controle do grupo agrário-comercial ligado aos capitais estrangeiros que receberam estímulos para expandir-se e fortalecer no território brasileiro, assim ampliando a luta pela hegemonia política que dominara os 25 primeiros anos da República em meio ao sufoco do desenvolvimento das forças produtivas do país. O que vemos na década de 1910 são os conflitos entre as oligarquias e a consolidação da indústria no país com conseqüente acirramento da luta entre os grupos econômicos pelo controle político e econômico. É nesse ambiente que as ideias do nacionalismo vão se consolidar como instrumento de luta da burguesia para a sua total autonomia ao poder político daquele período.

Nesse contexto o nacionalismo se fortalece, tornando-se a ideologia que nivelara os projetos elaborados em defesa da educação regida pelas forças armadas e pela burguesia.

Nacionalismo é, também, o desejo de afirmação e de independência política diante de um Estado estrangeiro opressor ou, quando o Estado já se tornou independente, o desejo de assegurar em seu território um tratamento pelo Estado melhor, ou pelo menos igual, ao tratamento concedido ao estrangeiro, seja ele pessoa física seja jurídica. Os movimentos nacionalistas significativos do ponto de vista político, cujas manifestações históricas mais simples decorrem de identidade étnica, linguística ou de pertencimento, no passado, a uma organização política, têm como seu principal objetivo o estabelecimento de um Estado ou a modificação das políticas do Estado para defender ou privilegiar interesses dos que integram certo movimento (GUIMARÃES 2008, p. 145).

O nacionalismo é a busca pela união de uma determinada região “autônoma” em prol da manutenção de costumes, tradições e do bem-estar social próprio de um grupo de pessoas. Esse sentimento nacional possibilita a autonomia política e econômica de determinada região a frente das demais, despertando uma sensação de preconceito a outros indivíduos que não fazem parte de sua tradição. Um exemplo disso é o nacionalismo nos países desenvolvidos, em especial nas grandes potências, onde sempre se veem superiores e com direitos de aplicarem políticas expansionistas e agressivas com a noção explícita de inferioridade dos

povos e das culturas de outros locais.

Essa ideia de nacionalismo influenciou em certa parte a mentalidade dos grupos elitistas que almejavam a autonomia nos setores que controlavam a política e economia nos primeiros anos da República. Usando de meios para propagar um sentimento nacionalista entre a população a fim de receber o apoio da grande massa populacional do país. E para isso recriaram políticas educacionais que fortalecia uma paixão nacional. Segundo Lima (2010), essa trajetória se funde com a história da crescente participação das forças armadas nas questões políticas da nação, como na educação, embora, enquanto instituição, só tenha assumido o poder e se efetivado nesse, de forma direta, após o golpe militar de 1964.

No Brasil, a escola foi na primeira metade do século XX um dos vetores da cultura política nacionalista. O grupo industrial-urbano apoiado pela junta militar se mostraram defensores da difusão do ensino. Segundo Paiva (2003), essas duas associações se apropriaram dos problemas que o ensino estava enfrentando no país com os altos índices de analfabetismo para que sua recomposição no governo com a vertente da democracia liberal fosse cada vez mais autônoma.

Vemos que no período do golpe militar para difundir suas ideologias, de caráter autoritário, disciplinar e patriótico, era preciso enquadrar a população contra grupos políticos, assim, faziam uso de vários meios de imposição, inclusive da tortura, para afastar aqueles que eram contra quaisquer ideais do novo governo ditatorial. Fortificaram a ideia de escolas com cunho militar que formavam cidadãos com ideias positivistas e nacionalistas, para esses indivíduos tornarem-se grandes chefes de estado. Essa educação tinha caráter tecnicista. Saviani (1986) caracteriza o tecnicismo pela ênfase na gestão e na tecnologia, cuja lógica oriunda do mundo do trabalho foi transferida para o campo da educação a partir do pressuposto da neutralidade científica e inspirado nos princípios da racionalidade, eficiência e produtividade.

Em partes, é esse conceito se faz presente na atual gestão das escolas militares em Goiás, pois os utilizam para criarem cidadãos aptos à demanda do mercado de trabalho, fazendo com que estes tenham em mente a importância de seguirem o modelo ideal estabelecido pela burocratização, assim padronizando os indivíduos para a fácil dominação da sociedade através da escola.

### **Colégios da Polícia Militar no Estado de Goiás**

No Estado de Goiás a presença da Polícia Militar na gestão das escolas públicas é cada vez maior, e isso ocorre principalmente em função de uma demanda da população por tal

serviço. Tal demanda está diretamente relacionada a um processo de divulgação midiática na qual os discursos são, em sua maioria, favoráveis a essa forma de gestão escolar.

O próprio conceito de educação – no qual se baseia o presente trabalho – se expressa em termos básicos que refletem seu caráter burocrático, tais como os de ensino, aprendizagem, transmissão, escola, dentre outros, tendo como referencial Tragtenberg (2012). Para esse autor, essa forma de burocracia na educação está interligada com o processo de dominação, pois se percebe que a escola é uma organização burocrática na qual estas relações se manifestam e são regularizadas por meio de uma hierarquia.

Uma das justificativas utilizadas pelos militares e pelo próprio governo goiano de “militarizar” as escolas públicas surge do pressuposto de eliminar a violência que a escola estaria enfrentando com a marginalidade advinda da comunidade ao seu redor. Com isso, a gestão dos CPMG’s fortalece – apoiada pela mídia – a ideia de que apenas com a sua metodologia disciplinar resolveria esse “mal da sociedade”, tornando-se assim aceitos e requisitados pela população em virtude de concepções que excitam na mentalidade dos pais a convicção de que apenas esse modelo de escola pode educar adequadamente os seus filhos, evitando que os mesmos se tornem “marginais”.

Além de usar o discurso manipulador, induzindo a população a acreditar que aqueles que são contra tal instituição são considerados baderneiro, indisciplinados e desorganizados, ou seja, propagando a ideia de que realmente necessitaríamos desses colégios para trazerem a ordem e a disciplina que nos tornem bons cidadãos, ele também acaba praticando a violência simbólica, na medida em que ele impõe seus valores nesse discurso, chamando de bandido aquele que é contra a atuação da polícia no espaço escolar e aos alunos universitários de desrespeitoso, se achando os “donos do mundo”, porque reivindicam seus direitos negados pelo Estado.

Outro discurso bastante usado pela via jornalística favorável a “militarização” é a aprovação dos CPMG’s em primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) de Goiás e de destaque no Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM).

Em uma reportagem publicada em julho de 2015, no *site Diário da Manhã*, o governador Marconi Perillo (atual governador do Estado de Goiás) encaminhou à Assembleia Legislativa de Goiás, um projeto de lei que dispõe sobre a transformação de oito unidades de ensino público em colégios militares em Goiânia, Aparecida de Goiânia e Senador Canedo:

Na mensagem, o governador justifica a necessidade de transformação “em razão dos bons resultados apresentados pelos colégios militares, que

proporcionam rigoroso padrão de qualidade, primeiro lugar no Índice de Desenvolvimento de Educação Básica (IDEB) de Goiás e destaque no ENEM”.

Diz o texto ainda que os colégios militares “têm sua eficácia e credibilidade atestadas pela comunidade, que ressalta, inclusive, os ensinamentos de cidadania que são ministrados, com destaque para o respeito ao cidadão”.

Segundo o projeto, ficará a cargo da pasta da Educação propor ao governador a extinção dos cargos em comissão ou funções comissionais “quantos bastem” para compensar o custo financeiro decorrente do acréscimo de Funções Comissionadas de Administração Educacional Militar (DIÁRIO DA MANHA, 2015. p.1)<sup>2</sup>.

Esse fenômeno de aprovações em programas educacionais como o IDEB e o ENEM, se dar pelo modo como os CPMG’s selecionam seus alunos desde a matrícula, ao comportamento e a inteligência desses indivíduos, fazem uma espécie de seleção dos considerados “melhores alunos”, para permanecerem em seus colégios. Segundo Pinheiro (2014), a rígida disciplina imposta aos estudantes destas escolas se justifica diante da necessidade de fazer com que estes jovens incorporem os valores dominantes e acreditem que a educação para ter qualidade depende da obediência cega as hierarquias e às normas estabelecidas.

Um dos problemas da transição de escola pública para escola conveniada aos Colégios da Polícia Militar de Goiás vai mais além de acabar com a marginalidade. O processo de “militarização” em uma escola pública, visto que nesse tipo de escola, os alunos não se encaixam nos perfis militares, a condição econômica e social desses indivíduos não é adequada às exigências da Polícia Militar.

O aluno do CPMG paga, a título de contribuição, uma taxa estipulada pelo Colégio. Os alunos impedidos por sua condição de classe, não permanecem, portanto, nos colégios que embora públicos, são dirigidos pela gestão da Polícia Militar e adotam parâmetros diferenciados das demais escolas públicas:

Os colégios militares, embora sejam públicos, cobram de seus alunos uma “taxa voluntária”, que varia de unidade para unidade. É uma espécie de mensalidade, cujo valor, segundo a PM, é revertido em melhorias para a própria escola. Além disso, os três uniformes usados pelos alunos — fardas e de educação física — somam aproximadamente R\$ 350, fora os calçados que também devem ser padrão: tênis preto e sapato social. Mas há outras questões que preocupam os moradores (JORNAL OPÇÃO, 2015, p.1).<sup>3</sup>

<sup>2</sup> Diário da Manhã. Governo envia à Assembleia mensagem para criação de mais oito colégios militares. Disponível em: < <http://www.dm.com.br/cotidiano/2015/06/governo-envia-a-assembleia-mensagem-para-criacao-de-mais-oito-colegios-militares.html> >. Acessado em: 11 maio de 2017.

<sup>3</sup> JORNAL OPÇÃO. Colégios militares: uns querem, outros não. Entenda os porquês. Disponível em: <<http://www.jornalopcao.com.br/reportagens/colegios-militares-uns-querem-outros-nao-entenda-os-porques-41217/>>. Acessado em: 11 maio de 2017.

Na fala de um pai desempregado de uma aluna que estudava em uma escola que estava sofrendo o processo de militarização em Valparaíso, publicada no *site G1*<sup>4</sup>, diz o seguinte: “*Eu não tenho condições. Como fica para alguém sem emprego?*”. Esse é um dos problemas enfrentados pela comunidade que não tem condições financeiras, mesmo que sejam considerados por muito como mínima, para continuar frequentando esses colégios.

Recentemente, o governador Marconi Perillo, em uma visita ao Estado da Bahia para discutir a terceirização da educação do Estado de Goiás, fez a seguinte declaração:

"Fui num evento e tinha um grupo de professores radicais da extrema esquerda me xingando. Eu disse: tenho um remedinho pra vocês. Colégio Militar e Organização Social. Identifiquei as oito escolas desses professores. Preparei um projeto de lei e em seguida militarizei essas oito escolas. O Brasil está precisando de 'nego' que tenha coragem de enfrentar" (A TARDE, 2015, p.1)<sup>5</sup>.

Podemos observar, com a fala do governador goiano, a utilização da implantação dos colégios regidos pela gestão da Polícia Militar como um meio de controlar os professores e, conseqüentemente, a população. Esse método de “calar” todos aqueles que são contra o governo é visto como abuso de poder, podendo ser considerado uma verdadeira violência, visando controlar professores e formar indivíduos obedientes e alienados.

### **Considerações finais**

Desde o Período Republicano os militares tiveram o apoio da burguesia, como retribuição os militares educavam os cidadãos para servirem a essa classe. A criação dessas escolas nos ajuda a compreender que elas também são utilizadas para facilitar a disfunção da ideologia elitista comercial.

O processo de “militarização” está para atender ao processo de dominação pelas classes dominantes, formando indivíduos que possam obedecer sem questionar ou exigir direitos, educados sob as regras para que estes se enquadrem nos perfis que a burguesia busca para o grande número do mercado de trabalho.

---

<sup>4</sup> G1. Polícia Militar vai administrar dez escolas públicas do estado de Goiás. Disponível em: <http://g1.globo.com/jornal-da-globo/noticia/2014/01/policia-militar-vai-administrar-dez-escolas-publicas-do-estado-de-goias.html>. Acessado em: 10 maio de 2017.

<sup>5</sup> GOIÁSREAL. É grave: Marconi diz que usa colégio militar para perseguir professor. Disponível em: < <http://www.goiasreal.com.br/noticia/1934/e-grave-marconi-diz-que-usa-colegio-militar-para-perseguir-professor>>. Acessado em: 25 maio 2017.

A demanda pelas escolas dirigidas pela Polícia Militar é alta, isso mostra que a população aprova a metodologia por eles utilizada. A disciplina é bastante rígida nos CPMG's, de acordo o Regimento Disciplinar, os alunos podem ser classificados e reclassificados segundo seu comportamento. Quanto mais disciplinado for, melhor ele será classificado.

A partir dessas considerações iniciais, acreditamos que é relevante o estudo sobre a transferência das escolas públicas para a gestão da polícia militar no Estado de Goiás para entendemos o furto desse fenômeno de “militarização” em escolas públicas. Durante a pesquisa desenvolvemos estudos de autores que se debruçaram no sentido de compreender as particularidades do ensino autoritário e tecnicista. Esse processo que chamamos de um novo “conservadorismo” vem invadindo as escolas públicas no mundo capitalista contemporâneo. Em Goiás isso se dá por meio da gestão da Polícia Militar.

## Referências

- BARBOSA, Rui. **Reforma do ensino primário e várias instituições complementares da instrução pública**. Obras completas. Vol. X, tomo I ao IV. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Saúde, 1947.
- CARONE, E. Classes sociais. In: Edgar Carone. **A República velha (instituições e classes sociais)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972. p. 147-191.
- GUIMARÃES, S. P. **Nação, nacionalismo, Estado**. Revista de informação legislativa, Brasília, v. 45, n. 179, p. 245-256, jul./set. 2008. Disponível em: < <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/176547>>. Acessado em: 05 maio de 2017.
- GONZALES, Selma Lúcia de Moura. **A territorialidade militar terrestre no Brasil: os Tiros de Guerra e a estratégia de Defesa**. 2008. 332 f. Tese (Doutorado em Geografia) Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- LIMA, D. **Trajatória do Nacionalismo no Brasil Contemporâneo**. Disponível em: < [http://www.anpuhb.org/anais\\_xiii\\_eeph/textos/ST%2002%20Dami%C3%A3o%20de%20Lima%20TC.PDF](http://www.anpuhb.org/anais_xiii_eeph/textos/ST%2002%20Dami%C3%A3o%20de%20Lima%20TC.PDF)>. Acessado em: 04 maio 2017.
- OLIVEIRA, T. S. **A Liga da Defesa Nacional: Um projeto de modernização para o Brasil**. 2012. 206 f. Dissertação (Mestre em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual Paulista – UNESP – Campus de Marília, Marília – SP. 2001.
- PINHEIRO, V. **As Escolas Públicas do Estado de Goiás sob a Gestão da Polícia Militar: Qualidade ou Privatização?** Goiânia: mimeo, 2014.
- PAIVA, V. **A educação popular**. In: Vanilda Paiva. História da educação popular no Brasil: educação popular e educação de adultos. São Paulo: Loyola, 2003. p. 63-93.
- SAVIANI, Dermeval. **História das ideais pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 1986.
- TRAGTENBERG, M. **Educação e burocracia**. Coleção Maurício Tragtenberg. Direção de Evaldo A. Vieira. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.